

# Pendências legislativas

O Congresso Nacional chegou ao fim de seu período normal de atividades do ano com um balanço muito positivo de suas atividades. Foram aprovadas importantes emendas constitucionais que vão dar um novo perfil econômico e social ao País. E os mais importantes temas políticos nacionais foram suficientemente debatidos e, em grande parte, esclarecidos, como a reforma da Previdência Social.

Esse balanço positivo precisa ser bem reconhecido por todos, para que não se cometam injustiças na apreciação do ano legislativo. Na verdade, foi dos mais produtivos do Congresso nos últimos anos. Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal desenvolveu-se muito trabalho, que nem sempre foi devidamente conhecido e reconhecido pela opinião pública.

Apesar dessa boa produção legislativa, o ano de 1995 acabou atropelado no Congresso, nesse último trimestre, por assuntos extrapauta e de menor importância, como o chatíssimo Sivam e a não menos incômoda e desagradável "pasta cor-de-rosa" do Banco Econômico. O resultado desse atropelamento do trabalho legislativo é que termina o ano sem que a República tenha seu Orçamento de 1996 aprovado, o que já seria, sozinha, matéria capaz de empanar o brilho do ano do Congresso.

Há mais: 43 pedidos de créditos suplementares do Poder Executivo, no valor aproximado de R\$ 2,5 bilhões, embora a

Comissão Representativa, de 16 deputados e sete senadores, tenha prometido aprová-los na próxima semana. Ainda ficarão pendentes, para apreciação só após 8 de janeiro, no período de convocação extraordinária, matérias importantes como a lei das patentes, a reforma da Previdência, o Fundo de Estabilização Fiscal, o controverso Sivam, a reforma administrativa, a tributária, o imposto do cheque (CMF), a contribuição dos inativos do serviço público para a Previdência.

É lamentável que o Sistema de Vigilância da Amazônia, matéria que se arrasta desde o governo Collor, tenha, de repente, ocupado o centro das atenções dos congressistas, impedindo-os de aprovarem — ou rejeitarem — matérias mais importantes para a vida nacional. Embora o Sivam tenha sua relevância no quadro da segurança da vasta Amazônia brasileira, certamente não é o assunto prioritário do Brasil neste momento. E por causa dele, o Congresso não pôde concluir, em novembro e dezembro, o brilhante balanço de emendas constitucionais e de leis importantes votadas no decorrer do ano legislativo.

É de se esperar que, até 8 de janeiro, haja entendimento entre as diversas correntes políticas para uma solução definitiva do caso Sivam, para que o projeto não continue a prejudicar a discussão e votação, pelo Congresso, das matérias relevantes que ficaram para o período extraordinário de sessões.